

O APAGAMENTO DA LITERATURA DE MARIA FIRMINA DOS REIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA PERNAMBUCANA

Raquel Alves de Lira¹

Orientadora: Renata Pimentel

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo refletir acerca do apagamento que ocorreu com a autora e professora oitocentista Maria Firmina dos Reis na educação básica brasileira, com ênfase no Estado de Pernambuco, analisando quais são as motivações para tal apagamento a partir de uma perspectiva da Colonialidade, a fim de apontar como esta estrutura excludente reverbera na educação, mais especificamente no ensino de literatura. É imprescindível questionar o cânone literário, para fundamentar uma proposta de ensino de literatura com diversidade cultural e decolonialidade dos saberes, abarcando as produções intelectuais de sujeitas/os outrora subalternizadas/os. Como fundamentação, este artigo se baseia, entre outras fontes, em FREIRE, 1967; FREIRE, 2011; HOOKS, 2013; GONZÁLEZ, 2020. Apenas a partir dessas transformações será possível o ensino de literatura como processo educativo democrático, que possibilite liberdade para as/os educandas/os.

Palavras-chave: Maria Firmina dos Reis; literatura feminina negra; apagamento; ensino de literatura; decolonialidade.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es reflexionar sobre el borramiento de la escritora y profesora del siglo XIX Maria Firmina dos Reis en la enseñanza básica brasileña, con énfasis en el estado de Pernambuco, analizando las motivaciones de ese borramiento desde la perspectiva de la

¹ Licencianda em Letras Português-Espanhol/UFRPE, email: raquellyra155@gmail.com.

Colonialidad, para señalar cómo esa estructura excluyente reverbera en la educación, más específicamente en la enseñanza de la literatura. Es fundamental cuestionar el canon literario para sustentar una propuesta de enseñanza de la literatura con diversidad cultural y decolonialidad de saberes, abarcando las producciones intelectuales de sujetos antes subalternizados. Este artículo se basa en FREIRE, 1967; FREIRE, 2011; HOOKS, 2013; GONZÁLEZ, 2020. Solo a partir de estas transformaciones será posible enseñar literatura como un proceso educativo democrático que posibilite la libertad de los estudiantes.

Palabras clave: Maria Firmina dos Reis; literatura de mujeres negras; borradura; enseñanza de la literatura; decolonialidad.

1. INTRODUÇÃO

Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo. (REIS, 2018, p. 12)

Em seu livro *Úrsula*, originariamente publicado em 1859, a escritora oitocentista Maria Firmina dos Reis conseguiu, ainda nas primeiras linhas (colacionadas acima), denunciar o lugar comum que viviam as mulheres do seu tempo, em especial, a mulher negra. Maranhense, nascida em 11 de outubro de 1825, Maria Firmina foi filha e neta de escravas alforriadas, e teve por muitos anos sua literatura esquecida. Este fato corroborou com o que afirmou em seu romance: de “pouco valem” suas palavras, pois foram escritas por uma mulher.

Apesar de ter vivido até os 92 anos, Maria Firmina não viu suas obras serem lidas e conhecidas. Na verdade, apenas em 1962, em um sebo do Rio de Janeiro, é que o seu romance *Úrsula* é “descoberto” por Horácio de Almeida, um importante historiador e bibliófilo (Mendes, 2014, p. 40). Esta breve pesquisa tenta, pois, para além de ecoar as denúncias do seu apagamento, propor um resgate das suas obras e da sua literatura, bem como da sua vida e importância enquanto professora e escritora.

Os inúmeros marcos históricos protagonizados por Maria Firmina fazem esse resgate ser justo e, no mínimo, necessário. Inserir-la na Educação Básica, para ser estudada, assim como

fazemos com Machado de Assis, José de Alencar e tantos outros autores homens, é, ainda que na sua tentativa, uma reparação por séculos de apagamento e silenciamento.

Ademais, são vários os elementos que a sua obra suscita. Temas contemporâneos e cruciais discussões estão centralizadas em sua literatura. A exemplo disso, podemos elencar a decolonialidade e a interseccionalidade, temas caros na Filosofia, Sociologia, Antropologia e Linguagem que perpassam os escritos da autora, mesmo salientando que essa terminologia é bem mais recente que a obra e o contexto de vida da autora.

É indubitável que Maria Firmina é uma autora necessária, mas que, ainda assim, se encontra longe dos espaços escolares do ensino básico devido a uma estrutura que a silencia. Portanto, é necessário repensar as estruturas fixas educacionais, sobretudo nos documentos que as regem, por exemplo o Currículo de Pernambuco e Plano Nacional de Leitura, que serão fonte de referência para a presente pesquisa. Para, assim, caminhar em prol de uma educação que seja decolonial, libertadora e transgressora, a fim de que todas/os as/os sujeitas/os, incluindo as/os que foram historicamente subalternizadas/os, alcancem suas potências e que seu legado seja um direito ofertado a todas/os.

Dessa forma, esta pesquisa terá como problema norteador compreender o porquê de uma grande escritora, como Maria Firmina, ter sido apagada da história da literatura brasileira e como colaborar para a reparação desse erro, através do seu estudo na educação básica pernambucana.

Para tanto, este artigo terá como objetivo central analisar sua escrita, com enfoque no romance *Úrsula*, acompanhado dos seguintes objetivos específicos: destacar a vida e a obra de Maria Firmina dos Reis; analisar brevemente os temas decolonialidade, liberdade e transgressão no processo de inclusão e retratação da obra de Maria Firmina no ensino básico brasileiro; e, ainda, observar o Currículo de Pernambuco e o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), com o propósito de dar visibilidade e evidência à autora Maria Firmina.

Assim, este artigo se dividirá em três seções, contemplando os objetivos descritos, sendo elas: i) Maria Firmina: escritora pioneira; e ii) Decolonialidade, liberdade e transgressão: elementos para uma educação básica transformadora; e iii) Currículo de Pernambuco e o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) como instrumentos de visibilidade e reparação.

No mais, a pesquisa possui o método quantitativo, com aspecto bibliográfico e teórico-conceitual, tendo sua escolha justificada pelas análises bibliográficas, e utilizando-se como base teórica autores e pensadores como Lélia González, Paulo Freire e bell hooks, além da própria Maria Firmina dos Reis.

2. MARIA FIRMINA DOS REIS: ESCRITORA PIONEIRA

Historicamente somos *ensinadas/os* a não estudar mulheres. Não importa a sua relevância, em geral, não estudamos mulheres; quando muito, somos levadas/os a estudar algumas mulheres brancas e de classe alta, mulheres que são convencionalmente aceitas; e compreendemos que tal situação se dá por conta do racismo estrutural, que se expressa, também, como racismo epistemológico, principalmente no que diz respeito à expressão misógina em que mulheres negras são desconsideradas como mentes intelectualmente ativas e produtoras de conhecimentos. São mulheres as quais idealizamos ser, mas quase nunca conseguimos ser, de fato. Até que uma mulher como Carolina Maria de Jesus ou Conceição Evaristo surgem, e dessa forma vamos nos obrigando a descobrir que ainda antes delas existiram outras. Esse é o caso de Maria Firmina dos Reis.

Apesar de sua importância inigualável, podemos observar perplexas/os a sua baixa popularidade. E não porque ela não era uma escritora consistente, mas porque carregava todos os principais traços que a fazem não ser parte do cânone literário: era negra, abolicionista e tratava abertamente o tema, além de que se posicionava nos periódicos em que publicava tanto textos de opinião, quanto de ficção. Maria Firmina dos Reis foi precursora na escrita, considerada uma das primeiras escritoras negras do Brasil:

Firmina é autora de *Úrsula*, publicado em 1859, mas com circulação somente a partir do ano seguinte. Livro revolucionário para o seu tempo, figura como o primeiro romance abolicionista de autoria feminina da língua portuguesa; e, possivelmente, o primeiro romance publicado por uma mulher negra em toda a América Latina (Literafro, 2014, s.p.)

Para além, foi pioneira também na fundação de uma escola mista e gratuita na cidade de Maçaricó, no Maranhão. Esse feito, realizado após sua aposentadoria, também chama atenção, por não ser comum que meninas e meninos estudassem em uma mesma escola. Ademais,

Outro fato que nos chama a atenção é que a escola criada por Firmina oferecia ensino gratuito, o que diferia das demais escolas brasileiras, em que o ensino era pago. Isso demonstra, por um lado a elitização da educação no Brasil e, por outro, a preocupação de Maria Firmina em oferecer educação às camadas populares (Mendes, 2014, p. 40).

No entanto, apesar de todas as suas proezas, estas não foram suficientes para fazerem-na despontar e ser reconhecida como escritora, intelectual e ativista, tanto em vida, quanto posteriormente. Mulher negra nordestina, filha e neta de escravas alforriadas, sempre foi

“subversiva ou avançada [para o] seu tempo, interpretando-o, percebendo as necessidades que havia em seu universo social” (Mendes, 2014, p. 41).

Em sua rica produção literária, Firmina nos brinda com as obras *Úrsula* (1859), *Gupeva* (1861/1862) e *A Escrava* (1887), além de poemas como *Parnaso Maranhense* (1861), *Cantos à beira-mar* (1871) e tantos outros publicados em periódicos como *O Domingo* e *O País*. De pronto, percebemos que tal pluralidade exprime a diversidade de suas obras, e também revela algumas pautas que suscitam constante preocupação no sentido das polêmicas e dos enfrentamentos sociais que suscitavam e das reações que provocaram (aliás, pautas que ecoam ainda); dentre elas, as temáticas da situação do negro e da posição da mulher na sociedade eram recorrentes.

Neste primeiro tema, Maria Firmina procurou a liberdade nas palavras ao produzir obras de forte combate ao período escravista brasileiro” (Pereira, 2017, p. 7). Mas não só, sempre procurou ressaltar o papel fundamental que o sentimento de pertencimento à cultura do negro africano *tem* para o desenvolvimento, ainda que lento, para a identidade cultural do Brasil (Pereira, 2017, p. 9).

Destarte, o fato de não se ter ciência de como Maria Firmina dos Reis conseguiu publicar um livro em uma época na qual nenhuma mulher tinha acesso às letras faz sua história ser ainda mais intrigante e torna necessário ser (re)conhecida. Nestes termos, nossa autora:

Trata-se, sem dúvida, de uma das mais importantes escritoras brasileiras de todos os tempos, se não pela complexidade de sua linguagem – como em Adélia Prado, Cora Coralina, Clarice Lispector, Cecília Meirelles, Francisca Júlia, Julia Lopes de Almeida, entre tantos nomes –, pela força de sua literatura, que convida sempre à reflexão face a temas polêmicos como a escravidão, o sexismo e o espaço da mulher em uma sociedade paternalista e escravocrata (Mendes, 2014, p. 9-10).

No entanto, todo o seu legado e a sua história foram pagos com o esquecimento. Isto porque a intersecção de opressões perpassa a vida e obra de Maria Firmina dos Reis, causando o descrédito e apagamento de seus feitos na história. Essa realidade não se limita ao passado, pois na contemporaneidade, nas aulas de literatura brasileira, as autoras negras muitas vezes não são citadas, e, quando são referenciadas em sala, limitam-se a datas específicas, como no Dia da Consciência Negra. É preciso, pois, propor um exercício de transgressão, como assim foi feito por Maria Firmina na sua época. Precisamos romper com os discursos que perpetuam o apagamento de mulheres, em especial, negras, da literatura brasileira.

Todo este apanhado, levantado a partir dessa breve análise, nos salta aos olhos ao percebermos que conceitos tão contemporâneos, como decolonialidade, transgressão e liberdade, já eram pensados por Maria Firmina em suas obras; claro que não denominados da

mesma forma que são hoje, mas na obra da autora já são tratadas questões que refletem tais conceitos. O trecho a seguir, revela o espírito de reflexão acerca da realidade que se interpõe ao romance aqui investigado, apontado germes para a construção dos ideais de liberdade, que já permeavam a luta abolicionista da época, e que mais tarde viriam a compor os preceitos dos conceitos de decolonialidade e transgressão, quando pela boca das personagens principais Maria Firmina propõe indagações cirúrgicas ao sistema escravista que buscou enfrentar em suas obras e em sua vida:

[...] o homem que assim falava era um pobre rapaz, que ao muito parecia contar com vinte e cinco anos, e que na franca expressão de sua fisionomia deixava adivinhar toda a nobreza de um coração bem formado. O sangue africano refervia-lhe nas veias; o mísero ligava-se à **odiosa cadeia da escravidão**; e embalde o sangue ardente que herdara de seus pais, e que o nosso clima e a servidão não puderam resfriar, embalde— dissemos — se revoltava; porque se lhe erguia como barreira — o poder do forte contra o fraco! [...] assim é que o triste escravo arrasta a vida de desgostos e de martírios, sem esperança e sem gozos! [...] Oh! Esperança! Só a têm os desgraçados no refúgio que a todos oferece a sepultura!... Gozos!... Só na eternidade os antevêem eles! [...]. Coitado do escravo! Nem o direito de arrancar do imo peito um queixume de amargurada dor! Senhor Deus! Quando calará no peito do homem a tua sublime máxima — ama a teu próximo como a ti mesmo —, e **deixará de oprimir com tão repreensível injustiça ao seu semelhante!**... Àquele que também era livre no seu país... Àquele que é seu irmão?! E o mísero sofria; porque era escravo, e **a escravidão não lhe embrutecera a alma**; porque os sentimentos generosos, que Deus lhe implantou no coração, permaneciam intactos, e puros com o a sua alma. Era infeliz; mas era virtuoso [...]. (REIS 2018, p. 54-55, grifo nosso)

Nesta perspectiva, na próxima seção, iniciaremos uma breve explanação sobre tais conceitos, pensando-os enquanto elementos presentes na construção de uma educação básica transformadora. Para isso, pela brevidade da pesquisa, traremos o conceito de decolonialidade sob a ótica de Lélia González, ao passo que, para as conceituações de transgressão e liberdade, teremos, respectivamente, as considerações de bell hooks e Paulo Freire.

3. DECOLONIALIDADE, LIBERDADE E TRANSGRESSÃO: ELEMENTOS PARA UMA EDUCAÇÃO BÁSICA TRANSFORMADORA

Pensar a literatura de Maria Firmina é pensar em diversos aspectos e contextos que a circundam; entre eles, trazemos aqui três que são fundamentais para compreender essa produção e que servem, também, para pensar em uma educação cada vez mais democrática e diversa.

Dessa forma, a decolonialidade, a liberdade e a transgressão nos aparecem como concepções que têm permeado as novas discussões da educação, desde a sua base até os grandes

centros universitários, e que julgamos indissociáveis da literatura de Maria Firmina. Contudo, a imersão desses elementos, para pensar uma educação básica transformadora, não é possível sem os atrelarmos a alguns pensadores fundamentais para essa temática. Para essa pesquisa, traremos os trabalhos de Lélia González, bell hooks e Paulo Freire para discutirmos, respectivamente, os termos decolonialidade, transgressão e liberdade.

3.1. LÉLIA GONZALEZ: PIONEIRA DECOLONIAL

Lélia González existiu em nosso mundo para revolucionar. Seus escritos e sua filosofia trouxeram inúmeras elucidações sobre os problemas práticos que permeiam o nosso mundo. A decolonialidade e a interseccionalidade, conceitos tão importantes em nosso tempo, já eram explorados por ela, ainda que sem uma nomenclatura definida. Como demarcado no texto a seguir, Lélia Gonzalez precedeu, assim como Maria Firmina, diversos debates em suas reflexões e propostas de análise da sociedade coetânea:

Exatamente porque tanto o sexismo como o racismo partem de diferenças biológicas para se estabelecerem como ideologias de dominação. Surge, portanto, a pergunta: como podemos explicar esse “esquecimento” por parte do feminismo? A resposta, em nossa opinião, está no que alguns cientistas sociais caracterizam como **racismo por omissão e cujas raízes, dizemos, estão em uma visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista**. (Gonzalez, 2020, p. 128, grifo nosso)

Retomando a análise posteriormente disposta nesta pesquisa, acerca da invisibilização e descredibilização dos conhecimentos produzidos por mulheres negras, Lélia Gonzalez discute tal cenário apontando para o que ela nomeia de *sistema ideológico de dominação*, justificando e constatando assim o impasse sócio-político-histórico acerca das circunstâncias em que obras de autoras como Maria Firmina dos Reis não compõe o cânone literário, tampouco as listas de livros trabalhados em sala de aula. Sobre isso, afirma Gonzalez:

Do mesmo modo, nós, **mulheres e não brancas**, somos convocadas, definidas e classificadas por um *sistema ideológico de dominação* que nos infantiliza. Ao nos impor um **lugar inferior dentro de sua hierarquia** (sustentado por nossas condições biológicas de sexo e raça), suprime nossa humanidade precisamente porque nos nega o direito de ser sujeitos não apenas de nosso próprio discurso, mas de nossa própria história. (Gonzalez, 2020, p. 128, grifo nosso)

Isso nos faz lembrar também de como Maria Firmina, ainda no séc. XIX, despontava, em sua literatura, aspectos decoloniais e interseccionais. Seu livro *Úrsula* (e suas demais obras, escritas em sua maioria ainda no período escravagista) conseguiu romper “com o princípio constitutivo do racismo e do sexismo nas relações sociais do período para denunciar o sistema-

mundo moderno/colonial/patriarcal e a escravização do sujeito negro” (Tolomei, 2019, p. 157).

Observando mais atentamente, é possível perceber que a literatura firminiana foi uma das primeiras a expressar traços do pensamento decolonial. Isto porque, enquanto escritora romanesca, utilizou-se da sua arte para trazer à baila reflexões conflitantes sobre o contexto social da época.

[...] a romancista alcança por um uso aprimorado da manipulação da linguagem, pelas artimanhas discursivas –de intercalar cenas dramáticas do resgate de uma vida às ideologias antiescravagistas, de espriar-se em descrições minuciosas do espaço telúrico pelo qual as personagens se movimentam enquanto opiniões antirracistas são expostas. (Lopez, Fleck e Morais, 2023, p. 313)

Tendo isso em consideração, vale ressaltar tal movimento da autora que se evidencia no trecho a seguir em que a mesma evoca adjetivos de comparação estabelecendo relação de igualdade entre as duas personagens principais da obra - o jovem escravizado e um descendente europeu - que dialogam como companheiros, pondo em xeque a desafiando assim a semiótica da hierarquia estabelecida no Brasil escravista do contexto:

E fitando-o, [...] sentia pelo jovem negro **interesse igual** talvez ao que este sentia por ele. Então nesse breve mudar de vistas, como que essas duas almas mutuamente se falassem, exprimindo uma o pensamento apenas vago que na outra errava. [...] as expressões do escravo, e os serviços, que lhe prestara, tocaram-lhe o mais fundo do coração. É que em seu coração ardiavam sentimentos **tão** nobres e generosos **como** os que animavam a alma do jovem negro [...]. (REIS, 2018, p. 56, grifo nosso).

Além disso, mostra-se importante acentuar a inversão de papéis e tensionamento da estrutura escravista que a autora dispõe na obra, quando o herói negro e subordinado exerce expressões de valentia e inteligência ao salvar o branco (europeu) em perigo, expondo mais uma vez arguta revisão das bases sociais e históricas da América colonizada, propostas que mais tarde serão consideradas como pautas para o debate acerca da decolonialidade para ressignificação da contribuição das pessoas negras na sociedade. Para tanto, segue trecho que demonstra tais interpretações:

— A minha condição é a de mísero escravo! Meu senhor – continuou – não me chameis amigo. Calculastes já, sondastes vós a distância que nos separa? Ah! O escravo é tão infeliz!... Tão mesquinha e rasteira é a sua sorte, que... — Cala-te, oh! Pelo céu, cala-te, meu pobre Túlio – interrompeu o jovem cavaleiro – dia virá em que os homens reconheçam que são todos irmãos. Túlio, meu amigo, eu avalio a grandeza de dores sem lenitivo que te borbulha na alma, compreendo tua amargura, e amaldiçoio em teu nome ao primeiro homem que escravizou a seu semelhante. Sim – prosseguiu – tens razão; o branco desdenhou a generosidade do negro, e cuspiu sobre a pureza dos seus sentimentos! Sim, acerbo deve ser o seu sofrer, e eles que o não compreendem! Mas, Túlio, espera; porque Deus não desdenha aquele que ama ao seu próximo... **E eu te**

auguro um melhor futuro. E te dedicaste por mim! Oh! Quanto me hás penhorado! Se eu te pudera compensar generosamente... Túlio – acrescentou após breve pausa – oh dize, dize, meu amigo, o que de mim exigis; porque toda a recompensa será mesquinha para tamanho serviço. (REIS, 2018, p. 68, grifo nosso)

Enquanto mulher negra, Maria Firmina se valeu de sua arte para deflagrar e escancarar a sociedade escravocrata, racista, machista, patriarcal e imperial em que vivia. Esse giro decolonial, ainda que não conferisse, à época, resoluções palpáveis e imediatas, serve-nos hoje para publicizar uma história que não queremos que se repita.

De fato, teria sido minimamente possível para Maria Firmina, um ser interseccional, ter feito grandes mudanças e rupturas naquela sociedade. Ainda assim, como anteriormente apontado, Maria Firmina foi uma mulher à frente do seu tempo e, dentro de suas possibilidades, operou diversos feitos. Tal aspecto sobressalta aos olhos quando nos deparamos na obra com uma personagem feminina tão bem elaborada e profundamente complexa como Suzana, que recebe pela mão da escritora o direito de narrar sua própria história com pesar, mas, também, imprimindo sua leitura e interpretação dos fatos ocorridos, emitindo juízos de valor a toda vivência experienciada:

Vou contar-te o meu cativo. Tinha chegado o tempo da colheita, e o milho e o inhame e o amendoim eram em abundância nas nossas roças. **Era um destes dias em que a natureza parece entregar-se toda a brandos folgaes, era uma manhã risonha, e bela, como o rosto de um infante, entretanto eu tinha um peso enorme no coração. Sim, eu estava triste, e não sabia a que atribuir minha tristeza.** Era a primeira vez que me afligia tão incompreensível pesar. Minha filha sorria-se para mim, era ela gentilzinha, e em sua inocência semelhava um anjo. Desgraçada de mim! Deixei-a nos braços de minha mãe, e fui-me à roça colher milho. Ah! Nunca mais devia eu vê-la... Ainda não tinha vencido cem braças do caminho, quando um assobio, que repercutiu nas matas, me veio orientar acerca do perigo iminente, que aí me aguardava. E logo dois homens apareceram, e amarraram-me com cordas. Era uma prisioneira – era uma escrava! Foi em balde que supliquei em nome de minha filha, que me restituíssem a liberdade: os bárbaros sorriam-se das minhas lágrimas, e olhavam-me sem compaixão. Julguei enlouquecer, julguei morrer, mas não me foi possível... a sorte me reservava ainda longos combates. Quando me arrancaram daqueles lugares, onde tudo me ficava – pátria, esposo, mãe e filha, e liberdade! Meu Deus! O que se passou no fundo da minha alma, só vós o pudestes avaliar!... Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos às praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. **É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos!** Muitos não deixavam chegar esse último extremo – davam-se à morte. Nos dois últimos dias não houve mais alimento. Os mais insofridos entraram a vozear. Grande Deus! Da escotilha lançaram sobre nós água e breu fervendo, que nos escaldou e veio dar a morte aos cabeças do motim. A dor da perda da pátria, dos entes caros, da liberdade foi sufocada nessa

viagem pelo horror constante de tamanhas atrocidades. Não sei ainda como resisti – é que Deus quis poupar-me para provar a paciência de sua serva com novos tormentos que aqui me aguardavam. O comendador P. foi o senhor que me escolheu. Coração de tigre é o seu! Gelei de horror ao aspecto de meus irmãos... os tratos por que passaram doeram-me até o fundo do coração! O comendador P. derramava sem se horrorizar o sangue dos desgraçados negros por uma leve negligência, por uma obrigação mais tibiamente cumprida, por falta de inteligência! E eu sofri com resignação todos os tratos que se dava a meus irmãos, e tão rigorosos como os que eles sentiam. **E eu também os sofri, como eles, e muitas vezes com a mais cruel injustiça.** (REIS, 2018, p. 68-69, grifo nosso)

É longa a citação transcrita, mas ilustra com precisão a contundência e objetividade com que Firmina denuncia as atrocidades vividas por uma mulher negra escravizada através da incomum atribuição de voz a uma personagem com esses marcadores e fazendo-a falar por si mesma. Lélia González também pode ser atrelada ao pioneirismo, ao trazer inúmeros estudos sobre a negritude, como o mito da democracia racial, o feminismo afro-latino-americano e o *pretuguês*, a filósofa conseguiu antever conceitos contemporâneos da decolonialidade e da interseccionalidade.

O pensamento de Lélia se aproxima da decolonialidade quando expõe que o racismo está estruturado na construção do Brasil e da identidade brasileira (Fonseca, 2021, p. 145). Ao abordar a ideologia do branqueamento enquanto uma lógica da dominação mediante a internalização e a reprodução dos valores brancos ocidentais (González, 1984, apud Fonseca, 2021, p. 126), a filósofa também apresenta aspectos centrais e combativos da decolonialidade.

Outro aspecto decolonial de seu pensamento se encontra na sua negação de “latinidade”, que para ela é inexistente. Defendia que as nossas raízes eram formadas por elementos ameríndios e africanos e, por isto, pensava uma América Ladina (Fonseca, 2021, 145).

Assim, a decolonialidade, enquanto um movimento que permite questionar as questões de raça, gênero, classe e outras categorias sociais,

propõe reflexões e práticas, antirracista, antipatriarcal e anticapitalista, exercício para pessoas brancas e não brancas, possibilitando a denúncia e a clareza das estruturas coloniais existentes nas sociedades atuais (Oliveira; Molina, 2023, p. 120).

Dessa forma, no pensamento de Lélia e na literatura firminiana, é possível, então, perceber uma clara confluência no pioneirismo decolonial. Sabendo que abordaram categorias que estão presentes nesse movimento, como o gênero, a classe e a raça, além de escancarar o sistema desigual, excludente e violento da colonialidade, seja uma pela literatura e a outra pela filosofia, ambas estavam à frente do seu tempo, nos ideais e no desejo por essa ruptura.

Nesta perspectiva,

a decolonialidade em Firmina está na forma como ela se opõe e intervém, pelo viés literário, à lógica vertical da colonialidade (sic), propondo uma relação horizontal na sociedade brasileira, sem hierarquização racial, de gênero e de classe que incidem, sobretudo, no corpo negro (Tolomei, 2019, p. 166).

Com o aqui expresso, continuemos nossa pesquisa, delineando a transgressão e a liberdade presentes nas obras firminianas a partir da ótica de bell hooks e Paulo Freire.

3.2. BELL HOOKS E PAULO FREIRE: TRANSGREDIR É LIBERTAR

É impossível falar da transgressão para bell hooks sem trazer para o debate a liberdade freiriana. De fato, é após conhecer a obra freiriana que hooks decide realizar uma prática pedagógica interativa, que inclua pedagogias anticolonialistas, críticas e feministas (Costa, 2021, p. 949). De fato, se bell hooks trouxe como contribuição uma pedagogia com práticas transgressoras, para ensinar o sentido verdadeiro do pensamento crítico, o fez através de Freire e de sua pedagogia da libertação. Isto porque, “ambos buscaram, através do processo transformador do pensamento comum para o pensamento crítico, a fonte primária do trabalho como educadores” (Costa, 2021, p. 951).

De mais a mais, hooks nos chama a transgredir quando conhece Paulo Freire, pois enxerga nele “o abraço para a mudança, reconhecendo a necessidade da busca da humanização de nós mesmos enquanto sujeitos marginalizados e subalternizados” (Petrot, 2023, p. 108). Ainda, em outras palavras, Petrot reforça o elo entre a transgressão de hooks e a pedagogia da libertação de Freire:

Ora, a transgressão em hooks se dá a partir da busca de uma educação libertadora, pois a partir daí podemos criar um sentimento de comunidade, de compromisso partilhado, do bem comum e que nos una cada vez mais nas nossas diferenças. [...] Reconhecer essa multiplicidade é um dos caminhos mais férteis para abraçarmos a mudança e transgredirmos na educação. (Petrot, 2021, p. 108)

A pedagogia libertadora se mostra, dessa forma, como ponto central para uma educação transgressora, defendida por hooks. Dito isto, é necessário também darmos um passo atrás para pensarmos em que consiste a libertação defendida por Freire. A pedagogia do patrono da educação brasileira defende que a libertação é feita a partir dos sujeitos oprimidos que, reconhecendo a sua história e cientes das opressões sofridas, adquirem senso crítico e capacidade para revelar e mudar a realidade experimentada, afirmando que: “A liberdade, que

é uma conquista, e não uma doação, exige uma busca, busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém se liberta para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem (FREIRE, 1987, p. 18).

Ainda sobre o senso crítico a ser inspirado através de uma educação libertadora e transgressora nos sujeitos em vista de os mesmos reconhecerem as contradições e as injustiças da realidade que os rodeia, Freire afirma que:

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. **O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar.** (Freire, 2011, p. 44, grifo nosso).

Outrossim, ao colocar-se ante a realidade de forma crítica e reflexiva, distanciando-se da reprodução compulsiva, Freire discute a necessidade dos indivíduos de não apenas acomodarem-se em suas realidades, mas superá-las. Nesta perspectiva, o pedagogo e filósofo afirma que não basta apenas existir na realidade, mas viver nela, como no trecho a seguir:

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura. (Freire, 1967, p. 43)

Portanto, para Freire, um sujeito em processo de conscientização social e política passa a ter mais clareza das contradições sociais, dos modos de opressão e dos mecanismos de controle que uma classe social e de raça impõe sobre as demais (Barros; Rastrojo, 2014, p. 224). Essa classe de elite, liderada por homens brancos, ricos e heteronormativos, que domina todas as outras, é denunciada e confrontada por Freire, em sua defesa por uma educação crítica e, assim, libertadora. Tais ideias, então, são acolhidas pelos ideais transgressores de hooks. Isto porque, quando Freire, em sua célebre e mais conhecida frase, afirma que “quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor” (2011, p. 269), ele traz legitimidade ao pensamento de hooks.

Para além,

Freire e hooks têm suas obras aproximadas por dois motivos fundamentais: 1. Por endossarem a ideia de que educação e diálogo são indissociáveis, assim como são indissociáveis educação e conscientização e 2. por acreditarem numa relação necessária entre teoria e práxis. (Furtado; Veríssimo, 2019, p. 114)

A sala de aula se torna, para ambos, um espaço de potência e de afeto. Um local em que

os/as alunos/as têm protagonismo e o/a professor/a é um/a entusiasta, apto/a a conduzir o grupo à criticidade e ao auto-reconhecimento.

Quando a educação é a prática da liberdade, os alunos não são os únicos chamados a partilhar, a confessar. A pedagogia engajada não busca simplesmente fortalecer e capacitar os alunos. Toda sala de aula em que for aplicado um modelo holístico de aprendizado será também um local de crescimento para o professor, que será fortalecido e capacitado por esse processo. (hooks, 2013, p.35).

É nesse compasso que percebemos que a transgressão na literatura e na vida de Maria Firmina é notória. Mas não só ela, a liberdade também termina por se mostrar presente na literatura firminiana. Mais uma vez, Maria Firmina dos Reis mostra seu pioneirismo ao nos debruçarmos sobre esses tópicos. Dentre as situações em que a transgressão e a liberdade podem ser observadas, iniciamos elencando a criação de uma escola mista, totalmente gratuita, fundada por Maria Firmina.

Como já relatado, era incomum e contraditório aos valores da época que uma escola pudesse ter estudantes mulheres e homens em uma mesma escola. Ademais, o fato de essa escola ser totalmente gratuita também era causa de espanto. Dada a sua transgressão, a própria escola por ela fundada não pode durar muito, encontrando dificuldades nos ares conservadores que se materializaram em franca oposição. No entanto, o processo de buscar uma educação de liberdade e transgressão não se encerrava com a escola.

A sua vida em essência é um exemplo de *práxis* libertadora e transgressora. Principalmente por ser uma mulher negra livre e alfabetizada, filha e neta de mulheres alforriadas, vivendo em um Brasil ainda escravocrata. Indo contra todas as expectativas que eram impostas a ela, Maria Firmina resolveu seguir as suas e ir muito além das limitações impostas por uma sociedade escravocrata, racista e misógina.

Ainda, quando somamos à liberdade e à transgressão a própria decolonialidade, vemos como essa confluência de elementos tornam Maria Firmina integrante desses movimentos antes de eles, de fato, existirem. Toda essa conjuntura é descrita por Lopez *et al.*, que escrevem:

A história das experiências das mulheres na América [...] com certeza não tem muitas passagens gloriosas para mulheres escritoras, menos ainda se elas forem negras, pois sobre elas, até hoje, repousa o desdém colonialista, ainda mais se suas temáticas afastam-se daquelas “autorizadas” pelo patriarcalismo. Expressar-se sobre essas temáticas “não aconselhadas às mulheres” na literatura foi um dos meios mais contundentes que as escritoras latino-americanas desenvolveram de se enfrentar com a colonialidade persistente em nossas sociedades que se fizeram imperiais ou republicanas, mas não abandonaram o sistema escravagista que sustentou a colonialidade desde o seu princípio (Lopez, Fleck e Morais, 2023, p. 306).

O fenômeno da interseccionalidade mais uma vez salta aos nossos olhos, ao percebermos que todos esses movimentos feitos por Maria Firmina foram ainda mais difíceis por ser mulher e negra. Perceber como sua história é esquecida e quase apagada da literatura canônica brasileira é, no mínimo, colocar à tona nossas inquietações transgressoras, libertadoras e decoloniais. Para mais, diante da inegável importância da literatura e da trajetória de vida de Maria Firmina dos Reis, resta, pois, nos debruçarmos em nossa última seção. Nela, traçaremos o nosso objetivo principal: pensar uma educação decolonial, libertadora e transgressora a partir da literatura potente de Maria Firmina dos Reis.

4. CURRÍCULO DE PERNAMBUCO E O PLANO NACIONAL DO LIVRO E LEITURA (PNLL) COMO INSTRUMENTOS DE VISIBILIDADE E REPARAÇÃO

Na seção anterior, tivemos a oportunidade de abordar três conceitos que, apesar de serem contemporâneos, podem ser encontrados na literatura oitocentista firminiana. Diante desse cenário, urge, para nós, a inquietação de questionar como uma literata tão importante pode, até os dias de hoje, ser ignorada e posta no ostracismo?

Uma das respostas mais completas acompanha o que faz Maria Firmina dos Reis ser quem ela é:

Mulher, negra, maranhense, literata, jornalista, professora e folclorista, Maria Firmina dos Reis é apresentada sob múltiplos adjetivos, em um pioneirismo que transcende aos estudos literários e uma estética que a diferencia de outras escritoras da época, em sua maioria caucasianas. Em uma condição subalterna, a escritora enfrentou a sociedade que lhe condicionava a uma situação de marginalidade e exprimiu identidades que, em outra época, não seriam permitidas. Ao escrever em um momento no qual a escrita era, essencialmente, uma atividade masculina, recebeu críticas nos jornais da época que conferiram uma qualidade inferior à sua obra, pautadas por aspectos externos ao texto, como o preconceito racial e de gênero que circundava o então “Brasil revolucionário”. (Albuquerque; Furtado, 2021, p. 206-207)

Maria Firmina foi uma mulher com ideias inovadoras para sua época e contribuiu de forma efetiva para a literatura, a educação, o jornalismo e outras áreas, a autora não deixou por um segundo em vida de ser uma mulher, negra, da região norte/nordeste e de ter o corpo atravessado diretamente por essas características que se interseccionam.

Infelizmente, em morte, a sua história também continuou impregnada e acompanhada por essas características. Talvez seja por isso que sua história tenha sido até os dias de hoje tão pouco conhecida. Talvez isso explique algumas causas desse apagamento, mas que, de certo,

não o justificam.

Diante disso, é preciso entrar em um exame mais técnico, que transponha os elementos anteriormente analisados, mas que dialogue também com eles. Nesta perspectiva, o Currículo de Pernambuco e o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) se colocam instrumentalmente nessa tarefa, por serem documentos de caráter normativo capazes de instaurar condições para se democratizar a educação.

O Currículo de Pernambuco é um documento norteador e de referência para a Educação Infantil e para os Ensinos Fundamental e Médio, tendo como base as competências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017. O Currículo de Pernambuco foi construído em 2018, e apresenta um conjunto de diretrizes norteadoras que possibilitam ao professor desenvolver suas aulas. Durante a elaboração do Currículo de Pernambuco, houve um esforço coletivo envolvendo escolas das redes municipais, estadual e privada, com o objetivo de adaptar as diretrizes da BNCC às realidades culturais, sociais, econômicas e educacionais do estado. Esse processo buscou garantir a contextualização do currículo e o fortalecimento de sua identidade local (PERNAMBUCO, 2020).

O PNLL, elaborado em 2006, também foi desenvolvido coletivamente por representantes políticos, governamentais e civis, e pauta-se pela democratização do acesso à leitura e ao livro em todo o país, com especial atenção à leitura literária.

Com o exposto, percebemos que o Estado subsidia, nacional ou regionalmente, instrumentos de incentivo à leitura e à divulgação de escritores. No entanto, enquanto, em teoria, esses instrumentos funcionam adequadamente, na prática, a realidade se apresenta de forma diferente. Como exemplo, temos o já citado Currículo de Pernambuco, sendo aqui analisado apenas o Ensino Médio, também nos deteremos em observar unicamente a Formação Geral Básica (FGB) de Língua Portuguesa que estabelece, de forma bimestral, as habilidades de leitura, produção textual, análise linguística/semiótica e literatura, conforme parâmetros da BNCC, contextualizados para a realidade pernambucana

Em cada ano, é possível observar vastamente inúmeros momentos em que a literatura firmianiana pode ser trabalhada. O primeiro bimestre do 1º ano é um desses exemplos, quando se preconizam objetivos como analisar criticamente textos e a concepção plural das línguas como fenômeno complexo geopolítico, histórico-social; abre-se espaço para matrizes não unicamente canônicas e elitistas de repertório ou, ainda, literalmente, apontam-se as matrizes indígena e Africana a serem trabalhadas:

Figura 1 – I bimestre do 1º ano de Língua Portuguesa do Ensino Médio

(EM13LGG401) Analisar, criticamente, textos de modo a compreender e caracterizar as línguas como fenômeno (geo)político, histórico, social, cultural, variável, heterogêneo e sensível aos	(EM13LGG401LP34PE) - Reconhecer as manifestações da literatura popular (literatura de cordel, lendas pernambucanas, narrativas populares orais, dentre outras), bem como as contribuições das literaturas indígena e africana como constituintes da expressão literária regional	Repertórios de leitura: literatura brasileira, indígena, africana e portuguesa. Condições de produção, circulação e recepção de textos artístico-literários. Relação entre	Leitura Análise linguística/ semiótica	CAMPO DE ATUAÇÃO ARTÍSTICO-LITERÁRIO
--	--	---	--	--------------------------------------

Fonte: Currículo de Pernambuco do Ensino Médio (2021)

Não obstante, o segundo bimestre do 3º ano do Ensino Médio também sinaliza a possibilidade de abertura para se dar visibilidade às obras de Maria Firmina:

Figura 2 – I Bimestre do 3º ano de Língua Portuguesa do Ensino Médio

(EM13LP52) Analisar obras significativas das literaturas brasileiras e de outros países e povos, em especial a portuguesa, a indígena, a africana e a latino-americana, com base em ferramentas da crítica literária (estrutura da composição, estilo,	(EM13LP52PE) Analisar obras significativas da literatura brasileira e de outros países e povos, em especial a portuguesa, a indígena, a africana, a afro-brasileira e a latino-americana por meio de práticas de leitura que	Repertórios de leitura: literatura brasileira, indígena, africana, afro-brasileira e latino-americana. Condições de produção, circulação e recepção de textos da literatura brasileira	Leitura Análise linguística/semiótica	CAMPO ARTÍSTICO-LITERÁRIO
--	--	--	---------------------------------------	---------------------------

aspectos discursivos) ou outros critérios relacionados a diferentes matrizes culturais, considerando o contexto de produção (visões de mundo, diálogos com outros textos, inserções em movimentos estéticos e culturais etc.) e o modo como dialogam com o presente.	considerem a fruição, as vivências subjetivas do leitor com a obra literária, bem como os aspectos estéticos, estilísticos, temáticos, discursivos ou outros critérios relacionados a diferentes matrizes culturais, considerando o contexto de produção, visões de mundo, diálogos com outros textos, inserções em movimentos estéticos, culturais etc. e o modo como dialogam com o presente.	e ocidental. Apreciação (avaliação de aspectos éticos, estéticos e políticos em textos e produções artísticas e culturais etc.). Réplica (posicionamento responsável em relação a temas, visões de mundo e ideologias veiculados por textos e atos de linguagem).		
--	---	--	--	--

Fonte: Currículo de Pernambuco do Ensino Médio (2021)

Este último exemplo trazido merece nossa atenção. Em seu último ano do Ensino Médio, preparando-se para os vestibulares, a/o estudante tem um momento oportuno para aumentar seu leque literário. Caso não tenha sido apresentada/o à literatura de Maria Firmina, que em geral é o que ocorre, agora a/o aluna/o tem um arcabouço literário que lhe permite conhecer/ explorar suas obras e analisar também o seu contexto histórico e um document que salvaguarda e preconize a abertura para essa leitura.

Porém, parece ser, em certa medida, uma responsabilidade apenas do/a professor/a, mas é um problema sistemático. O apagamento de Maria Firmina dos Reis das bibliotecas e da história literária do Brasil vem sendo parte de um projeto que se inicia ainda com ela em vida. Os constantes ataques à sua maneira de escrever, o fato de ser uma mulher negra em um país machista e escravocrata, e ainda enfrentar as limitações regionais impostas às porções norte e

nordeste foram ainda as primeiras dificuldades as quais Maria Firmina precisou enfrentar. Para além, o sistema excludente e universalizante continua a perpetuar o cânone literário, onde os costumeiros mesmos escritores continuam reiteradamente a serem lidos (José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo, Aluísio Azevedo), mesmo com documentos que indiquem uma direção mais plural.

Ainda, um outro problema sistemático persiste, este dentro das universidades e faculdades, nos cursos de Linguagens e, até Humanidades, uma vez que é nesses espaços que novos profissionais são formados e que se espera que o cânone literário seja mais transgressor e progressista, porém ainda se vê a conservação no mesmo modelo canônico. Um ensino superior desprovido de uma pedagogia de libertação e transgressão termina por apenas também reproduzir o que já se ensina. Contudo, nesse cenário, a situação parece ainda mais grave, pois ele deveria ser o mais inclinado a reparar injustiças e promover mudanças no cânone.

Perceber como toda essa injustiça à literatura firminiana é sistemática, ao menos, ajuda a refletir quais soluções podem ser pensadas para que esse silenciamento não se torne cada vez mais duradouro. O próprio Estado brasileiro, por meio do Ministério da Educação, poderia fazer recomendações nominais, para além do que orienta em documentos como os mencionados, de escritoras importantes para a nossa literatura, bem como os governos estaduais. A realização de capacitação e formação de professores, incentivando e indicando autoras para serem trabalhadas dentro do currículo escolar também é um meio viável para reparar injustiças.

Ademais, o PNLL, já citado, apresenta-se como outro instrumento de visibilidade e reparação. Isto porque o PNLL possui e oferece recomendações e diretrizes que objetivam ações em prol da democratização do acesso e da valorização da leitura no país, através de quatro eixos norteadores: 1) democratização do acesso; 2) fomento à leitura e à formação de mediadores; 3) valorização institucional da leitura e 4) incremento de seu valor simbólico.

No primeiro eixo, encontramos ações de promoção de acesso à leitura, como implantação de novas bibliotecas, novos espaços de leitura e a distribuição de livros gratuitos. O segundo eixo se desdobra em atuações como a criação e o desenvolvimento de projetos sociais de leitura, premiações de incentivo à escrita e à leitura e o reconhecimento de escritores e editoras brasileiras. No terceiro eixo, o ponto central reside em estabelecer as ações de fomento às práticas sociais de leitura enquanto Política de Estado, por meio de atividades que criem consciência nos cidadãos sobre o valor social do livro literário e da leitura. Por fim, o quarto eixo dispõe sobre questões práticas do desenvolvimento da leitura e circulação de um livro, viabilizando ações de apoio desde a cadeia criativa e de produção até a distribuição, a circulação e o consumo do livro.

Observando todos os eixos, conseguimos perceber que a literatura firminiana pode ser contemplada por cada um deles, indo desde a distribuição gratuita de suas obras até formas de publicizar a sua história e o seu legado, por meio de ações públicas. No entanto, vemos que só as ações do PNLL não são suficientes para dar visibilidade à literatura de Maria Firmina. Não basta serem distribuídos livros da literatura, por exemplo, se no conhecimento popular ela ainda continua no ostracismo. É preciso, de fato, uma confluência de ações que una tais instrumentos de reparação, para que, enquanto aprendemos sobre ela nos cursos de graduação e no ensino básico, o acesso às suas obras seja democratizado e factível.

Pode não parecer uma ação instantânea e simples, mas ela é possível e exequível. Se tornamos viável que inúmeros homens ocupem o cânone literário, se estamos conseguindo aos poucos inserir escritoras, especialmente negras, no cânone, também alcançaremos o acesso democrático à literatura de Maria Firmina dos Reis, pioneira do seu tempo, nas universidades, escolas, bibliotecas e todo e qualquer espaço público.

Maria Firmina dos Reis, ainda em vida, precisou trazer para si e para a sua literatura traços de decolonialidade, transgressão e libertação. Esperamos que seu legado, em conjunto com esses elementos, una-se a todas as ações admissíveis para visibilizar e reparar a sua história e a sua literatura.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa tentou, ainda que brevemente, propor um resgate à vida e à obra da literata Maria Firmina dos Reis, apresentando seu pioneirismo e sua importância para a literatura brasileira.

Para isso, trouxemos também alguns elementos que a sua obra suscita. A decolonialidade, e interseccionalidade, a transgressão e a liberdade, apesar de serem temas contemporâneos e cruciais para as discussões atuais, também estão centralizadas na literatura firminiana.

Não obstante, na terceira seção, apresentamos o Currículo de Pernambuco e o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) como instrumentos para tornar possível a reparação e a visibilidade à vida e à obra de Maria Firmina no ensino básico.

Esse percurso, que contemplou todos os objetivos específicos da pesquisa, teve como propósito principal alcançar alguma solução para o nosso problema norteador. Dessa forma, para a primeira parte do nosso problema, analisamos os conceitos de decolonialidade e interseccionalidade, para chegar a alguma compreensão que explique o apagamento de Maria

Firmina da história da literatura brasileira. Por ser uma mulher negra e nordestina, em um país ainda escravocrata e machista, a interseccionalidade nos ajuda a compreender por que tantas injustiças circundam a vida e a obra de Maria Firmina.

Mas, para isso, chegamos à segunda parte do nosso problema: cientes dessas injustiças, analisamos formas de reparação a esse silenciamento. Para isso, pudemos reconhecer a decolonialidade, a transgressão e a liberdade como elementos pedagógicos que potencializam e diminuem a distância entre a literatura firminiana e o ensino da Educação Básica.

Seja por esses elementos estarem presentes nas obras da literatura, ou por serem facilitadores pedagógicos, que auxiliam para que as obras se tornem amplamente conhecidas, uma coisa nos restou certa: eles são cruciais para servir de arcabouço conceitual e de promoção para a literatura firminiana.

Destarte, ainda na segunda parte do nosso problema, também trouxemos o Currículo de Pernambuco e o PNLL como instrumentos viáveis para reparar esse apagamento, através de sua efetiva aplicação na educação básica. Pudemos comprovar nas passagens aqui presentes que as obras de Maria Firmina podem ser trabalhadas para estudantes do Ensino Médio, como objeto de conhecimento. Também trouxemos reflexões como esse silenciamento é sistemático, pois se inicia ainda nos cursos de graduação nas universidades e faculdades brasileiras.

Sem o propósito de culpabilizar apenas uma entidade, nossa intenção foi demonstrar como vários personagens desse sistema contribuem para a perpetuação desse erro, inclusive o Estado. Para isso, também levamos para análise o PNLL e seus eixos norteadores.

Enquanto uma política de Estado que pode incentivar e promover o acesso à leitura e aos livros, o PNLL se apresenta como um meio possível para que, em confluência com outros meios, obras e escritores de importância histórica saiam do ostracismo.

No mais, a pesquisa se utilizou do método qualitativo, com aspecto biográfico e teórico-conceitual, trazendo para a base teórica central os pensadores Lélia González, bell hooks e Paulo Freire. Por fim, desejamos concluir da mesma forma que iniciamos, mas desta vez cientes de que as palavras de Maria Firmina terão ainda mais força. Dessa forma, resgatamos a sua importância e a sua voz, que, apesar de quase dois séculos de diferença, ainda é tão marginalizada.

6. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Emilly Nayra Soares; FURTADO, Jeissyane. **A voz que resiste ao escravismo: gênero e raça na trajetória de Maria Firmina dos Reis.** Rio Branco: Revista *Communitas*, v. 5, n. 9, 2021, p. 205-217.

BARROS, Rosanna; RASTROJO, José Barrientos. **Reflexões epistemológicas sobre o potencial emancipador da pedagogia da libertação para superar o modelo escolar no quefazer do(a) professor(a).** Belo Horizonte: Educação em Revista, v. 30, n. 3, 2014, p. 219-243.

COSTA, Mônica Ferreira. **Resenha da obra: Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** Santos: Revista Eletrônica Pesquiseduca, n. 31, v. 13, 2011, p. 949-957.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** Organização: Flávio Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Editora Schwarcz, 2020.

hooks, bell. *Pedagogia engajada.* hooks, bell. In: **Ensinando a transgredir: a Educação como prática de liberdade.** Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013.

FONSECA, Fernanda Cardoso. **Nossa América Ladina: o pensamento (decolonial) de Lélia Gonzalez.** 2021. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/33728/1/FERNANDA%20FONSECA%20-%20%5bDISSERTA%c3%87%c3%83O%5d%20Nossa%20Am%c3%a9frica%20-%20O%20pensament%20%28decolonial%29%20de%20L%c3%a9lia%20Gonzalez.pdf>. Acesso em: 15 de março de 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, P. **Educação como Prática de Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FURTADO, Francisca Andréa Brito; VERÍSSIMO, Ávila Yasmim de Lima. A pedagogia engajada de bell hooks e o reconhecimento da teoria como prática libertadora. In:

CONGRESSO INTERNACIONAL ARTEFATOS DA CULTURA NEGRA, 10., 2019, Crato. **Caderno de Anais**. Crato: Núcleo de Estudos em Educação, Gênero e Relações Étnicoraciais, 2019, p. 112-120. Disponível em: <http://sites.ufca.edu.br/ebooks/wp-content/uploads/sites/22/2020/01/X-Congresso-Internacional-Artefatos-da-Cultura-Negra-Parte-1.pdf#page=113>. Acesso em: 19 de março de 2023.

LOPEZ, Cristian Javier; FLECK, Gilmei Francisco; e MORAIS, Solange Santana Guimarães. **Úrsula (1859), de Maria Firmina dos Reis: o pensamento decolonial na literatura brasileira do século XIX**. Feia de Santana: Revista A Cor das Letras, v. 24, n. Esp. 2023, p. 298-316.

Maria Firmina dos Reis. **LITERAFRO**, Pampulha, 11 de dezembro de 2023. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/322-maria-firmina-dos-reis>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2024.

MENDES, Melissa Rosa Teixeira. **Maria Firmina dos Reis: mulher e escritora oitocentista**. Foz do Iguaçu: Revista IMEA-UNILA, v. 2, n. 1, 2014, p. 39-48.

OLIVEIRA, Janayne Pereira de; MOLINA, Tabitha Monteiro. **A identidade racial de Maria Firmina dos Reis: sob a perspectiva da Análise do Discurso Foucaultiana e Feminismos Decoloniais**. Juiz de Fora: Revista Gatilho, v. 25, 2023, p. 95-111.

PEREIRA, Danglei de Castro. **Maria Firmina dos Reis: uma voz em conflito**. In: REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula e outras obras**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. p. 7-10.

PERNAMBUCO. **Currículo de Pernambuco – Ensino Médio**. 2021.

PERNAMBUCO. **Currículo de Referência para a Educação Básica de Pernambuco**. Secretaria de Educação e Esportes. Recife: SEE-PE, 2020.

PETROT, Paulo Petronílio. **“Vendendo uma buceta quente”**: ou bell hooks, por um feminismo negro transgressor. Palmas: Revista Humanidades e Inovação, v. 10, n. 13, 2023, p. 100-116.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula e outras obras**. Brasília, Edições Câmara, 2018.

TOLOMEI, Cristiane Navarrete. **Maria Firmina dos Reis, decolonialidade e escrita abolicionista na imprensa maranhense oitocentista**. Coimbra: ex æquo, n. 39, 2019, p. 153-168.